CONTRASTES E TEMPORALIDADES - a lógica da habitação social do arquiteto Alejandro Aravena como processo metodológico de respostas às demandas de habitação social no Brasil

Luiza Coronato (IC) e Carlos Andrés Hernandéz Arriagada (Orientador)
PIBIC Mackenzie

RESUMO

Os assentamentos informais, por tanto tempo esquecidos pelas forças governamentais, detém dinâmicas próprias provindas da necessidade de sobrevivência oriunda deste descuido. O pensamento moderno, força motriz da elite brasileira por anos, volta-se para a habitação social, impondo regras racionalistas que não condizem com a realidade das favelas, e sim com sua própria ideologia social. Lógicas pós-modernas surgem com outros métodos de se pensar a habitação social, como é o caso do arquiteto chileno Alejandro Aravena, o qual leva em consideração o potencial construtivo próprio destes locais, já se provando eficaz em diversas localidades do mundo. Entretanto, a estagnação do pensamento por conta da força de interesses particulares impede o governo brasileiro de mudar esta realidade, uma vez que continua a reproduzir os mesmos modelos modernos de arquitetura.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação social, Alejandro Aravena, Brasil.

ABSTRACT

The informal settlements, for long forsaken by the Government, hold unique dynamics driven by survival needs. The Modernist logic, which has overrun the Brazilian Elite's reality for years, turns to social housing imposing rationalist rules which don't match the Favela's way of life. Post-Modern logics emerge bearing other methods for this matter, like Alejandro Aravena's approach that takes the informal settlement's constructive potential into account. However, the government's stagnation due to particular interests prevents the change of this panorama, since it keeps on reproducing the same modernist typologies.

KEYWORDS: Social housing, Alejandro Aravena, Brazil.

INTRODUÇÃO

Em um mundo contemporâneo onde a população cresce desenfreadamente, a demanda habitacional urge e não é quitada, situações de favelização, com extrema precariedade habitacional, tornam-se recorrentes, principalmente em países subdesenvolvidos como na América Latina (BID, 2012).

No Brasil, a questão da habitação social foi tratada como reprodução dos ideais sociais das elites para as classes sociais menos abastadas desde os ideais higienistas e os cortiços (BONDUKI, 1998). Os ideais modernistas de ordem e progresso que surgem na Era Vargas e perduram até o Banco Nacional de Habitação (BNH) potencializam essa realidade, produzindo habitações em massa como forma de sanar o déficit, sem levar em consideração as necessidades dos moradores (BONDUKI, 1998). Esta lógica perdura até hoje na construção social brasileira, como mostra o programa governamental Minha Casa, Minha Vida (NASCIMENTO, 2011).

O arquiteto e urbanista chileno Alejandro Aravena traz uma forma de qualificar estas comunidades usando-se da força motriz da dinâmica construtiva dos moradores de favelas, sem pôr em risco a dignidade dos futuros moradores de seu projeto (ARAVENA, 2012).

A partir deste quadro, a pesquisa fundamenta-se na hipótese de aplicabilidade desta lógica projetual no Brasil, de modo a requalificar o espaço urbano e reconvertê-lo em uma área digna a habitação humana, tendo em vista a necessidade socioeconômicas de seus moradores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Graziela Rubin e Sandra Bolfe (2014) alegam que a questão da moradia no Brasil esteve sempre atrelada “à dependência de políticas públicas, as quais negligenciaram ao atendimento da totalidade de problemáticas que envolvem o déficit habitacional e à infraestrutura, em termos de viabilização de aspectos sociais e econômicos da sociedade carente” (RUBIN et al,2014). Desta forma, a solução para o problema habitacional brasileiro seria estudar os modelos habitacionais anteriormente implantados, além de analisar bons exemplos implementados em outros países (RUBIN at al, 2014).

Segundo Denise Morato Nascimento e Simone Parrela Tostes (2011), as casas do programa social Minha Casa Minha Vida são padronizadas de forma a espelhar-se no modelo doméstico da elite da sociedade brasileira. Afirmam ainda que o modelo “trata-se da reprodução da abordagem generalizante típica dos padrões modernistas da arquitetura europeia das primeiras décadas do século XX” (NASCIMENTO et al, 2011).

A filial brasileira da emissora de televisão British Broadcasting Corporation (BBC) (2015) publicou em seu site uma reportagem alegando que o Minha Casa Minha Vida reproduz injustiça social por impor um modo de vida que não condiz com a realidade econômica dos beneficiários. Além disso, por serem implementados geralmente em regiões periféricas, os conjuntos habitacionais perpetuam e acentuam a marginalização social desta classe social (GUIMARÃES, 2015).

METODOLOGIA

A pesquisa foi elaborada em três partes: a análise do histórico da construção de habitação popular brasileira, desde o Império até o programa social mais recente do Minha Casa Minha Vida, a análise da arquitetura social feita por Alejandro Aravena e seu escritório ELEMENTAL e o cruzamento destas duas análises.

A primeira parte consiste na descrição do histórico da política de arquitetura social no Brasil, pontuando tanto suas características boas quanto seus problemas e as consequências decorrentes de sua aplicação. Esta etapa termina com a análise do mais recente programa social brasileiro sobre habitação Minha Casa Minha Vida.

A segunda parte consiste na análise da arquitetura social de Alejandro Aravena e seu escritório ELEMENTAL, investigando suas propostas e a forma de trabalho do escritório como um todo. Esta etapa termina com a análise da citação do Prêmio Pritzker 2016, o qual Aravena foi premiado.

A terceira e última parte consiste no cruzamento destas duas análises, rebatendo suas características boas e ruins com a finalidade de responder caso a arquitetura de Aravena é deveras uma boa resposta para o problema de habitação no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os ideais higienistas e os cortiços

A intervenção estatal nas questões sociais no Brasil começou de forma tímida. O Estado, então estritamente liberal, limitava-se a manter policiamento para controlar os trabalhadores e defender as instituições (BONDUKI, 1998). Entretanto, devido às problemáticas provindas do enorme crescimento das cidades e das péssimas condições higiênicas consequentes, surge uma necessidade de rigorosa atuação por parte governamental. O loteamento indiscriminado e as precariedades da infraestrutura urbana financiados pela iniciativa privada constituíam uma enorme ameaça à saúde pública, razão pela qual a intervenção estatal foi aceita, ainda que com caráter liberal (BONDUKI,1998).

Levados pelos movimentos sanitaristas europeus e as epidemias que eclodiam nas cidades brasileiras, o governo age em três frentes: cria a Diretoria de Higiene cujos preceitos

eram de controlar e regularizar as cidades com foco na melhorias das condições sanitárias utilizando-se da força policial, promulgação da vasta legislação de controle sanitário e construção de habitações e participação governamental na gestão de obras de saneamento e abastecimento de água e coleta de esgoto (BONDUKI, 1998). Todas estas formas de intervenção tinham como justificativa o medo por parte da elite da propagação de endemias, conforme afirma Bonduki:

> O receio do caos e da desordem, a ameaça que os surtos epidêmicos representavam para a organização econômica, o pânico que um mal desconhecido trazia à população, o prejuízo que a morte de imigrantes recém-chegados causava às finanças públicas (...) e, enfim, o medo da classe dirigente de vir a ser atingida pelas doenças, foram as razões que levaram o Estado a intervir no espaço urbano. (BONDUKI, 1998 p.30)

Esta postura levou a atenção governamental aos cortiços – construções populares de aluguel onde alojavam-se os imigrantes e trabalhadores de baixa renda. Nestas construções, cada pequeno cômodo era ocupado por uma ou mais famílias que, somado com as péssimas condições de ventilação e iluminação, tornavam-se focos epidêmicos (BONDUKI, 1998). O Código Sanitário de 1984 proibida terminantemente a construção de cortiços e previa o fechamento dos existentes, além de pregar uma série de normas para as construções populares (BONDUKI, 1998). Entretanto, esta lei nunca foi seguida à risca – para manter um padrão de mão de obra barata, era necessário que os trabalhadores conseguissem residir em moradias condizente com sua renda (BONDUKI,1998). Em virtude desta realidade, o higienismo perde sua arrogância, mas as fiscalizações e a polícia sanitária mantiveram-se ativas e vigilantes, apesar de não conseguirem impedir completamente a proliferação de cortiços e habitações precárias (BONDUKI, 1998).

Figura 1: Cortiço no Rio de Janeiro. Disponível em <http://homoliteratus.com/wp-content/uploads/2014/05/cortico-1366726059024_956x500.jpg>. Acesso em julho de 2016.

As Vilas Operárias

Com a problemática de habitação ainda sem resolução e a postura governamental em relação à esta de caráter estritamente limitador, era imprescindível que o Estado apresentasse alguma proposta que estimulasse a construção de novas moradias (BONDUKI, 1998). Até 1930, era impensável que o Estado funcionasse como provedor direto de moradias – a solução encontrada, a qual agradaria os empreendedores, o governo e os higienistas, foi a iniciativa privada (BONDUKI, 1998).

Desta forma, surgem as Vilas Operárias – modelo habitacional econômico e higiênico baseado na casa unifamiliar-, e, com elas, uma série de leis que direcionavam sua edificação nas cidades (BONDUKI, 1998). Entre essas, a isenção de impostos para facilitar sua instalação nas cidades, como afirma Bonduki:

> Desde o Império, surgiram incentivos, inclusive isenção de impostos de importação de materiais, para facilitar sua construção. Em São Paulo, a lei 493/1900 previa a isenção dos impostos municipais para as vilas operárias construídas conforme o padrão da prefeitura e fora do perímetro central, incentivo reforçado, em 1908, pela lei 1098. Neste dispositivo, a Câmara Municipal reafirmava a legislação anterior e propunha-se a fazer gestões junto ao Congresso Legislativo estadual, para que este tomasse medida semelhante, e ao Congresso Federal para que autorizasse as Caixas Econômicas a empregar um quinto de seus fundos em empréstimos hipotecários às sociedades construtoras de casas baratas e higiênicas e às sociedades de crédito que facilitassem a compra ou construção dessas casas (BONDUKI, 1998 p. 41).

Figura 2: Vila Operária da Arthur Sauer no Rio de Janeiro - Anos 50. Disponivel em <http://www.rioquepassou.com.br/2010/11/08/vila-proletaria-arthur-sauer-anos-50/>. Acesso julho de 2016.

A habitação da Era Vargas

A partir de 1930, era evidente que a iniciativa privada era incapaz de solucionar a crise de habitação no Brasil, a qual afetava não apenas a classe de baixa renda, mas também a classe média (BONDUKI, 1998). A intervenção estatal, até então singela e de caráter liberal, passa a ganhar mais força e aceitação devido a influências externas como a ascensão do fascismo e do socialismo (BONDUKI,1998). Tais condições propiciaram Getúlio Vargas a mudar o paradigma o qual era tratado o setor da habitação social no país, passando a defender a construção de moradias por conta do Estado (BONDUKI, 1998).

De caráter populista, a Ditadura Vargas trás o viés moderno e progressista vigente nos países europeus do entre guerras. Não é surpresa, portanto, quando ele coloca a questão higienista e sanitarista em segundo plano no âmbito da habitação social e torna este multidisciplinar, onde acreditava-se que conceitos técnicos poderiam vir a solucionar os problemas sociais – como na visão da *"Social Engineering"* (BONDUKI 1998). Além disso, eu seu Estado Novo, Vargas defende a valorização do trabalho como meio de liberdade pessoal, o que justificaria a defesa da casa própria acessível aos trabalhadores, levantadas por meio da autoconstrução, se mostrando também como tática anticomunista e de controle de massas, escreve Bonduki:

> Para o trabalhador urbano, a casa própria simbolizava o progresso material. Ao viabilizar o acesso à propriedade, a sociedade estaria valorizando o trabalho, demonstrando que ele compensa, gera frutos e riqueza. Por outro lado, a difusão da pequena propriedade era vista como meio de dar estabilidade ao regime, contrapondo-se às ideias socialistas e comunistas. Com isso o Estado estaria disseminando a propriedade em vez de aboli-la e, assim, promovendo o bem comum. Os trabalhadores, deixando de ser uma ameaça, teriam na casa própria um objetivo capaz de compensar todos os sacrifícios; já o morador do cortiço (...) estava condenado a ser revoltado, pronto para embarcar em aventuras esquerdistas para desestabilizar a ordem política e social (BONDUKI, 1958 p. 84).

Outro ponto na discussão da habitação na Era Vargas era o barateamento da construção para tornar a casa própria mais acessível aos moradores de baixa renda (BONDUKI, 1998). Em 1929 ocorre o 2º CIAM (Congresso Internacional dos Arquitetos Modernos) em Frankfurt, cujo tema gira em torno da redução dos custos da moradia para viabilizar seu acesso aos trabalhadores, influenciando diretamente o 1º Congresso da Habitação de 1931 no Brasil o qual pregou, por meio da extrema racionalização do processo de construção, o barateamento das obras habitacionais (BONDUKI, 1998). Esta mesma discussão pede a redução burocrática da construção civil na questão das exigências do Código de Obras e do Código Estadual Sanitário, em detrimento desta redução de custo (BONDUKI, 1998).

O preço dos terrenos para construção também deveria ser de baixo custo, o que só seria possível caso a urbanização fosse de baixa qualidade ou ainda não atingisse a região – a solução, portanto, era levar os moradores de baixa renda a instalarem-se nas regiões periféricas da cidade (BONDUKI, 1998). Entretanto, este trinômio: casa na periferia, trabalho na região central e autoconstrução só seria possível com a expansão e aprimoramento do transporte público, resultando em 1947 na criação da Companhia Municipal de Transporte Coletivos (CMTC) (BONDUKI, 1998). Este paradigma burguês da casa própria unifamiliar reforçado às classes de baixa renda apresenta-se como uma forma de controle social, explica Bonduki:

> Nesse modelo de habitação, o lar da família operária transformada em proprietária torna-se um pequeno mundo protegido de todas as desgraças. A habitação sadia, higiênica, individual e própria será o ponto de partida para a eliminação dos riscos de convulsão social e para a difusão de uma visão conservadora de organização social, através de sua unidade geradora: a família. Constrói-se uma utopia na qual os operários reproduzem o modo de vida pequeno burguês, mantendo a ordem capitalista e sendo atendidos por um Estado protetor e por entidades assistenciais capazes de garantir um futuro seguro para todos (BONDUKI, 1998 p. 95).

Das CAPs aos IAPs

Em 1923 ocorre o início da reforma de previdência social com a Lei Elói Chaves, a qual surge para estabelecer maior controle sobre os recursos arrecadados pelos sistemas previdenciários autônomos - “sociedade beneficentes, mútuos de socorro ou associações de auxílio mútuo”(BONDUKI 1998 p. 96) - , dando origem ás Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), as quais posteriormente serviriam de modelo para os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões) (BONDUKI, 1998). As CAPs eram estruturadas por uma contribuição tripartite (empregado, empregador, Estado), porém eram administradas por um colegiado de trabalhadores – no surgimento dos IAPs, de 1933 a 1938, o paradigma muda e o Estado passa a ser o órgão administrador (BONDUKI, 1998).

Enquanto a contribuição dos trabalhadores às CAPs vinha por empresa, nos IAPs, os quais subvidiam-se em setores (IAPM marítimos, IAPB bancários, IAPC comerciários, IAPI industriários, IAPETEC condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo e IAPE estivadores) era compulsório a participação por categorias profissionais, impulsionando a arrecadação e os fundos de previdência (BONDUKI, 1998). Já na questão do destino desse fundo, os IAPs apresentavam atitude semelhante às CAPs: a aplicação destes em investimentos que garantissem seu aumento (BONDUKI, 1998). Estas duas características monetárias dos IAPs disponibilizaram ao governo Vargas uma importante fonte alternativa de investimentos públicos (BONDUKI, 1998).

Apesar de o artigo 2º do decreto 19.469 já estipular que os fundos adquiridos por meios dos IAPs poderiam ser usados para financiar habitação, foi só em 1937 com o decreto 1.749 que os Institutos deveras começaram a atuar nesta área (BONDUKI, 1998). Esta atuação se deu por meio de três planos:

> 1) Plano A: locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos institutos, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna, sem prejuízo da remuneração mínima do capital investido.
>
> 2) Plano B: financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio.
>
> 3) Plano C: empréstimos hipotecários feitos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente, no sentido de obter uma constante e mais elevada remuneração de suas reservas (BONDUKI, 1998 p.104)

O arquiteto Rubens Porto, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho o qual estava ligado à produção dos IAPs, publicou um livro em 1938 em que estabelece sistematicamente diretrizes para esta produção estatal. (BRUNA, 2010). Estas diretrizes emanavam os ideais de Homem Novo promulgados pelo Governo Vargas, como escreve Bruna:

> Essa passagem, malgrado sua simplicidade e ingenuidade, está próxima à ideia de uma 'neue wohnkultur' (uma nova cultura de habitação), segundo a qual a arquitetura seria o instrumento privilegiado para a transformação do modo de vida das massas urbanas (...) (BRUNA, 2010 p.145)

Entretanto, cada Instituto pautou-se por normas particulares para construir seus conjuntos habitacionais do ponto de vista administrativo (BRUNA, 2010).

Figura 3: Localização do Conjunto Residencial Várzea do Carmo em São Paulo. Montagem feita pela pesquisadora.

Figura 4: Conjunto Residencial Várzea do Carmo. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/04/fotos-revelam-conjunto-habitacional-mais-antigo-de-sp-na-decada-de-70.html>. Acesso em julho de 2017.

INSTITUTO RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO: IAPI
DATA: 1942
ARQUITETOS:
Attilio Corrêa Lima
Hélio Lage Uchôa Cavalcanti
José Theodulo da Silva
Eng. Alberto, de Mello Flores
NÚMERO DE HABITAÇÕES: 602
DENSIDADES:
HABITANTES/HECTARE: 843
HABITAÇÕES/HECTARE: 140,5
TAXA DE OCUPAÇÃO: 0,23
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO: 0,94

Lei do Inquilinato x Casa própria

A Lei do Inquilinato promulgada em 1942 por Getúlio Vargas visava o congelamento dos preços dos aluguéis em detrimento da alta da inflação (RUBIN et al, 2014). Sua promulgação possuía a finalidade social de proteger os inquilinos dos possíveis preços abusivos do mercado rentista (RUBIN et al, 2014).

Esta lei desestimulou o mercado rentista e, consequentemente, diminuiu a produção de casas para esta finalidade o que, juntamente com o contínuo fluxo migratório para as grandes cidades, acabou agravando ainda mais a crise habitacional (BONDUKI, 1998). Este quadro justificaria, portanto, o aumento das habitações em zonas periféricas, como explica Bonduki:

> O congelamento dos aluguéis, determinado em 1942 por este regulamento de Getúlio Vargas, teria desestimulado a produção de moradia para locação pelo setor privado e com isto levado os trabalhadores a buscar os loteamentos de periferia, até então pouco ocupados (BONDUKI, 1998, p.12)

Fundação da Casa Popular

Em 1946, o General Eurico Dutra assume a presidência do Brasil (MELO,1990). De caráter conservador, sua política social culminou na forte repressão aos setores avançados da mobilização da classe trabalhadora e na proibição do Partido Comunista Brasileiro (MELO, 1990). Neste contexto, o único setor social passível que Dutra poderia postular medidas novas era o de habitação, o que, somado à forte crise habitacional que vinha alastrando-se desde o fim do Império, resultou na criação da Fundação da Casa Popular (MELO, 1990).

A Fundação da Casa Popular – FCP –, tratava-se de um órgão governamental que unificaria as políticas sociais de habitação, substituindo-as (MELO, 1990). Seus objetivos iniciais comportavam desde o financiamento de obras urbanísticas de infraestrutura, o suprimento da indústria de materiais de construção caso ocorressem falhas no mercado até a construção de casas populares para venda ou locação sem objetivos de lucro (MELO, 1990).

Por conta da dificuldade em implantar as formas de recolhimento de recursos para o órgão, juntamente com a redefinição dos objetivos deste em 1952, restringindo seu alcance, em 1961 a FCP entra em virtual colapso (MELO,1990).

Banco Nacional de Habitação (BNH) /Sistema Financeiro de Habitação (SFH)

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) foram as respostas à crise da habitação pela Ditadura Militar (RUBIN et al, 2014). O SFH visava a "correção monetária e o Banco Nacional de Habitação (BNH, que se tornou o ógão central orientando e disciplinando a habitação no País" (LEI 4380/64). Segundo Bonduki, o BNH alcançou o nível de centralização das políticas habitacionais que a Casa Popular de Vargas visava (BONDUKI, 1998).

As políticas habitacionais do BNH foram implementadas entre as décadas de 1960 e 1980 e visavam a eficácia por meio da produção seriada e em grande escala, como forma de solucionar o mais rápido possível o déficit habitacional (RUBIN et al, 2014). Entretanto, esta política de rápida resolução racional não atendia às necessidades particulares de seus usuários (RUBIN et al, 2014).

Segundo Nabil Bonduki, esta concepção que o Estado, com o apoio da tecnoburocracia, poderia traçar o futuro do país "de cima para baixo" denomina-se modelo *central-desenvolvimentista* (BONDUKI, 1998). Este modelo nasceu nos anos 30 e 40 e é reforçado com o BNH, caracterizando-se pelo:

> (...)autoritarismo na concepção das políticas e nas intervenções; centralização da gestão e ausência de participação – a qualquer nível – dos usuários e da sociedade em geral; desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural numa lógica em que predominou o mito da modernidade; priorização do transporte individual; preferência pelas empreiteiras e, finalmente, priorização, nos financiamentos habitacionais para os setores de renda média (BONDUKI, 1998 p. 319)

Figura 5: Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega - COHAB. Disponível em:<http://2.bp.blogspot.com/_hEVZu7RdTkY/SI85nrY2EII/AAAAAAAABgQ/dZtk8drbY9k/s400/nobrega01.jpg>. Acesso em julho de 2016.

Minha Casa Minha Vida

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi criado em 2009 durante o segundo mandato do Governo Lula (NASCIMENTO et al, 2011). Com o objetivo de "criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda de até dez salários mínimos" (NASCIMENTO et all, 2011), tem como argumento a redução do déficit habitacional brasileiro (NASCIMENTO et al, 2011).

Apesar de haver variações de tipologia, as unidades habitacionais do programa seguem padronizadas no que se refere aos espaços internos, ancoradas em um perfil pré-determinado da familia nuclear (NASCIMENTO et al, 2011). De rigidez construtiva, as habitações do MCMV reproduzem a abordagem "generalizante típica dos padrões modernistas da arquitetura européia das primeiras décadas do século XX" (NASCIMENTO et al, 2011).

> Foi neste contexto que tomou forma a concepção de espaço em termos de resposta funcional ao que se compreendia como necessidades humanas universais, por meio de uma especialização e correspondência estrita entre espaços e ações: dormir-quarto, cozinhar-cozinha, comer-sala, etc. A setorização tripartida em áreas social, de serviços e íntima corresponde à casa burguesa brasileira de inícios do século XX, tendo se cristalizado em nossa cultura arquitetônica como resposta genérica às demandas do morar (NASCIMENTO et al, 2011).

Além disso, uma pesquisa realizada pela BBC Brasil concluiu que a aquisição da casa própria nos modelos do MCMV entrou em conflito com a geração de renda das famílias

beneficiadas (GUIMARÃE, 2015). A localidade dos conjuntos habitacionais, por serem escolhidos pelas empreendedoras, seguem a lógica financeira e, portanto, geralmente são construídos em locais periféricos de difícil acesso, aumentando os custos com o translado e o tempo de travessia (RAMALHOSO, 2016). Ademais, as novas despesas com contas de luz, água, etc., acabam não condizendo com a renda dos novos moradores (GUIMARÃES, 2015).

Figura 6: Conjunto Habitacional Residencial Nulce Pereira - Alagoinhas, BA. Disponível em: <http://www.casadicas.com.br/financiamento/minha-casa-minha-vida-o-que-e-e-como-funciona-o-programa/>. Acesso em julho de 2016.

Figura 7: Conjunto do Minha CasaMinha Vida em Guarulhos, SP. Disponível em:<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/19/minha-casa-minha-vida-deu-certo-veja-pontos-positivos-e-negativos.htm>. Acesso em julho de 2016.

Figura 8: Planta Empreendimento Vitória Pirituba do Minha Casa Minha Vida. Disponível em:< http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/95/artigo281835-2.aspx>. Acesso em julho de 2016.

Figura 9: Planta Minha Casa Minha Vida - Ribeirão Preto, SP. Disponível em:<http://sp.olx.com.br/regiao-de-ribeirao-preto/lancamentos/apartamento-na-planta-minha-casa-minha-vida-3-ribeirao-preto-sumarezinho-151292856>. Acesso em julho de 2017.

A arquitetura social de Alejandro Aravena

Estabelecido em Santiago no Chile, o escritório de arquitetura ELEMENTAL, liderado por Alejandro Aravena tem trabalhado em moradias populares desde 2001 (HERNÁNDEZ, 2010). De baixo custo, seus projetos já permeiam grande parte do território chileno e alastram-se para outros continentes da América Latina e do mundo (HERNÁNDEZ, 2010).

Utilizando a lógica auto construtiva dos assentamentos informais, Aravena propõe metade de uma casa suficientemente confortável para uma família morar dignamente (ARAVENA, 2014). Desta forma, opta-se por planejar e construir a parte de infraestrutura da casa (cozinha, banheiro, etc.) e reserva-se os outros 40m² do projeto para a posterior construção dos próprios moradores (ARAVENA, 2014).

Por baratear a construção das unidades habitacionais, esta resposta ao problema permite que os conjuntos habitacionais sejam erguidos em áreas mais centrais das cidades, eliminando o problema do acesso (ARAVENA, 2014). A autoconstrução também se configura como reposta ao problema da padronização – com apenas parte da casa construída, o morador pode adequar-se o modo de viver da maneira que preferir (ARAVENA, 2014).

Figura 10: Projeto social de Aravena: Quinta Monroy - Iquique, CL.Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. Acesso em julho de 2016.

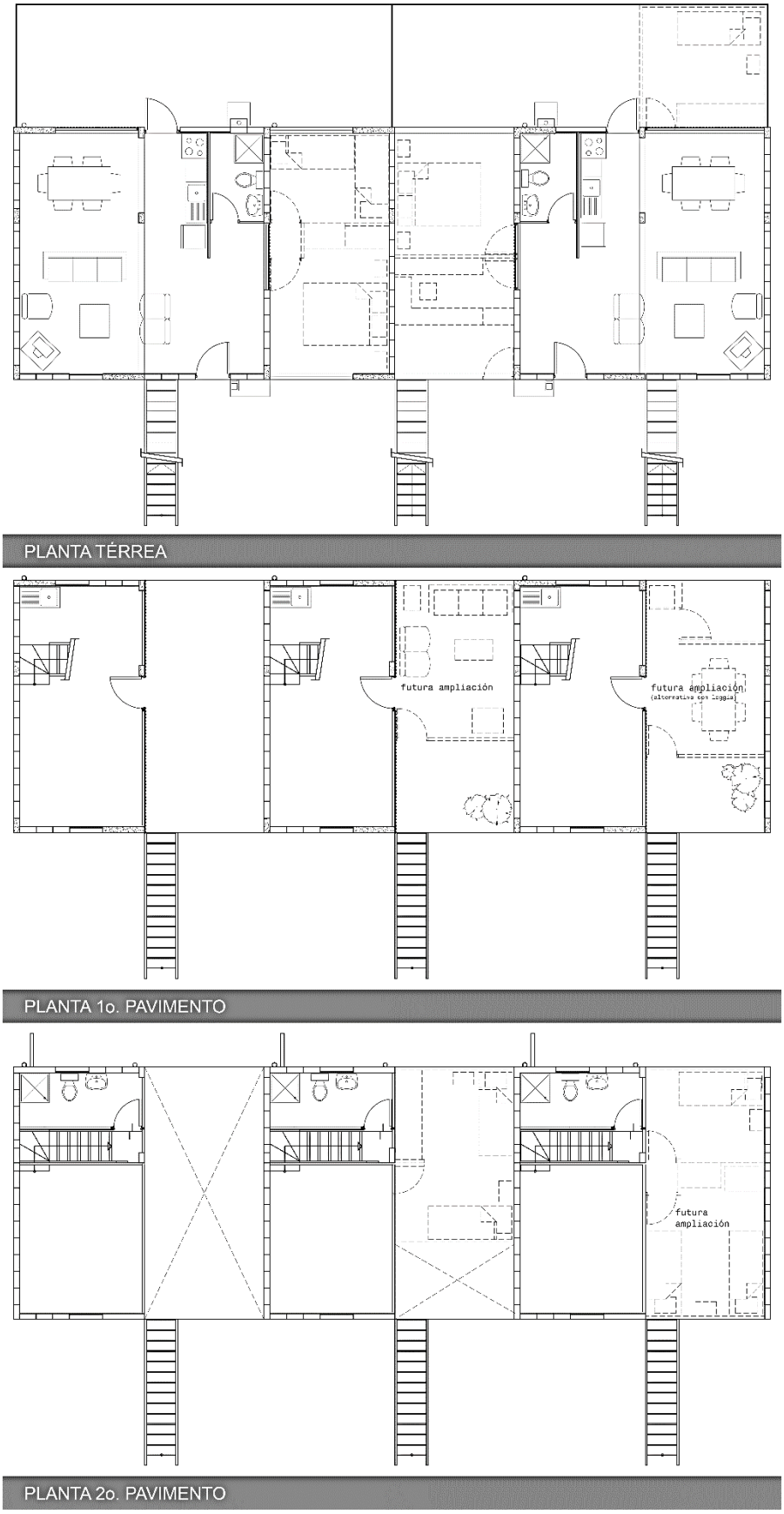

Figura 11: Plantas do projeto - Quinta Monroy. Disponível em:<http://www.elementalchile.cl/en/>. Acesso em julho de 2016.

Figura 12: Imagem interna do projeto antes e depois de habitado. Disponível em:<http://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. Acesso em julho de 2016.

Figura 13: Imagem externa do projeto antes e depois de habitado. Disponível em:<http://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. Acesso em julho de 2016.

Prêmio Pritzker 2016

Em 2015, Alejandro Aravena foi nomeado laureado do Prêmio Pritzker 2016 devido ao seu trabalho no campo social (PALUMBO et al, 2016). O ELEMENTAL construiu mais de 2 500 unidades habitacionais, participando ativamente de todas as fazes de projeto – desde lidar com políticos, advogados e pesquisadores, até com autoridades locais e residentes – com o objetivo de obter o melhor resultado possível (PALUMBO at al, 2016).

Sua postura como arquiteto, segundo o Júri do Pritzker, é um exemplo a seguir:

> Alejandro Aravena lidera o renascimento de um arquiteto socialmente empenhado, especialmente em seu esforço a longo prazo em tentar solucionar a crise mundial de habitação e em sua luta por um melhor ambiente urbano para todos. Ele possui um entendimento profundo de ambos arquitetura e sociedade civil, como refletido em seus textos, seu ativismo e seus projetos. O papel do arquiteto agora está sendo desafiado a servir as grandes necessidades sociais e humanitárias, e Alejandro Aravena conseguiu claramente responder à esta empreitada (PALUMBO et al, 2016).

Conclusão

A forma de se lidar com habitação social no Brasil permanece imutável. Por conta do Deficit de Habitação ainda ser enorme, opta-se por saciá-lo o mais rápido possível com produção seriada, racional e em massa, como acontece ainda com o programa Minha Casa Minha Vida – fruto de uma lógica modernista vinda dos ideais tecnoburocráticos de Vargas e da Ditadura Militar.

Entretanto suprir esta enorme demanda com quantidade apenas está provando-se ineficaz. O ideal de casa própria ofertado pelo governo não condiz com a realidade material das famílias beneficiadas – as grandes distâncias geradas por conjuntos construídos na periferia e as novas despesas geradas por novos usos elevam o custo de vida destas famílias, cuja renda permanece a mesma. Além disso, a inflexibilidade da construção vai de encontro com a realidade do modo de vida de muitas famílias beneficiadas.

Neste contexto, a lógica projetual de habitações sociais de Alejandro Aravena aparece como resposta para estes problemas. Seus projetos respondem à necessidade do barateamento da construção para evitar a periferização dos conjuntos habitacionais, a necessidade de flexibilidade para que o projeto possa se adequar às necessidades particulares de cada família e qualidade de vida, uma vez que fornece aos moradores uma base infraestrutural de qualidade.

Em sumo, é necessário que haja uma revisão nas políticas de habitação social no Brasil. Deve-se superar a lógica moderna da produção padrão em massa e passar a focar

no indivíduo como ponto de partida. A produção social arquitetônica de Aravena mostra como isso é possível e passível de mudança.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: **arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**.5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRUNA, Paulo. **Os primeiros arquitetos modernos -** Habitação social no Brasil 1930-1950**.** São Paulo: Edusp, 2010.

GUIMARÃES, Thiago. **Minha Casa Minha Vida reproduz injustiça social, conclui pesquisa.** BBC Brasil. Londres, 2015. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151020_minha_casa_minha_vida_pesquisa_tg Acesso 05/07/2016> Acesso em 15/07/2016

HERNÁNDES, Felipe. **Beyond modernists masters: contemporary architecture in Latin America.** 1. Ed. Berlin: Birkhauser, 2010.

MELO,Marcus André B. C. de. **Política de habitação e populismo: o caso da Fundação da Casa Popular**. *Portal de Periódicos Eletrônicos da UFBA*, Salvador, v.3,n.1 (1990). Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3105> Acesso em 08/05/2016

NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. **Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 133.03, Vitruvius, jun. 2011 Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936 Acesso 05/07/2016> Acesso em 15/07/2016.

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. **Do BNH ao minha casa minha vida: mudanças e permanências na política habitacional**. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v.15, n.50, 2014 Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/22937> Acesso em 08/05/2016

PALUMBO, Peter. BREYER, Stephen. CHANG, Yung Ho. FEIREISS, Kristin. MURCUTT, Glenn. ROGERS, Richard. TAGLIABUE, Benedetta. TATA, Ratan N. THORNE, Martha. **The Pritzker Architecture Prize 2016: Jury Citation.** The Hyatt Foundation, 2016. Disponível em: <http://www.pritzkerprize.com/2016/jury-citation> Acesso em 06/07/2016.

RAMALHOSO, Wellington. **Minha Casa Minha Vida deu certo? Veja pontos positivos e negativos.** UOL notícias. São Paulo, 2016. Disponível em: < http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/19/minha-casa-minha-vida-deu-certo-veja-pontos-positivos-e-negativos.htm> Acesso em 05/07/2016

RUBIN, Graziela Rosatto. BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil.** Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM. Ciência e Natura, Santa Maria, v. 36 n. 2 mai-ago. 2014, p. 201–213. Disponível em <periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/download/11637/pdf> Acesso em 03/07/2016

TED Talks**. Alejandro Aravena: My architectural philosophy? Bring the community into the process.** 2014**.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=o0I0Poe3qlg> Acesso em 03/07/2016.

TROMPOWSKY, Mario. **A FCP – fundação da casa popular e a implantação de uma política habitacional no brasil: o processo de uma experiência governamental no campo da habitação popular**. *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – Sessão temática 4 "Políticas Públicas e Instrumentos do Urbanismo*", v.8, n.4, 2004. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1050> Acesso em 07/05/2016

CONTATOS: luh_coronato@hotmail.com e carlos.arriagada@mackenzie.com.br